

A vinte anos do Concílio

A PALAVRA DE DEUS NO CONCÍLIO VATICANO II

Manuel Díaz-Mateos S.J.

1. INTRODUÇÃO

Recentemente foi celebrado o Sínodo extraordinário sobre o Vaticano II, com o qual a Igreja queria dar um novo impulso ao aprofundamento e aplicação desse Concílio que foi um dom de Deus ao mundo e à Igreja. O documento final do Sínodo começava dizendo-nos: "A Igreja, à luz da Palavra de Deus, celebra os mistérios de Cristo para a salvação do mundo". Estas palavras nos sugerem o tema do presente artigo: aprofundar um dos documentos do Vaticano II, um dos mais breves e talvez só conhecido pelos estudiosos da Bíblia. Entretanto, um dos textos mais ricos e mais elaborados. Trata-se da Constituição Dogmática sobre a Divina Revelação, conhecida pelas primeiras palavras do texto, *Dei Verbum* (a palavra de Deus).

Que significado teve este documento no Concílio e no pós-concílio? Embora não tenha oferecido nada de novo aos que trabalham no campo das ciências bíblicas, cremos, porém, que esta Constituição abriu horizontes novos e renovadores à Igreja, que merecem ser conhecidos pelo povo de Deus e não só pelos especialistas. Trata-se, com efeito, como diz a própria Constituição, de descobrir o papel da Palavra de Deus na vida da Igreja (cf. DV cap. VI), tal como o Concílio a entendeu.

2. A CONSTITUIÇÃO DEI VERBUM

Para avaliar melhor o significado deste documento conciliar, devemos recordar que a *Dei Verbum* tem uma longa história, cheia de incidentes, e é o resultado de um doloroso caminho para a verdade, no qual se misturam campanhas de difamação contra o Instituto Bíblico de Roma e seus professores, tentativas de desprestigiar a exegese católica e inclusive desejo de atrasar a história e sepultar a encíclica *Divino Afflante Spiritu* de Pio XII sobre os estudos bíblicos¹.

¹ Cf. P. GRELOT, La Constitution sur la Révélation. I. La preparation d'un schéma conciliaire, em: *Et 324* (1966) 99-113. ID., La Constitution sur la Révélation. II. Contenu et portée du texte conciliaire, em: *Et 324* (1966) 233-246. O autor nos informa inclusive sobre a distribuição de panfletos entre

Nas consultas prévias feitas para recolher sugestões para a elaboração dos esquemas, aparecia com frequência o tema da Revelação, mas indicando que se abordasse sob uma perspectiva pastoral e ecumênica e não só apologética e defensiva. Desejava-se promover que os católicos se aproximassem da Escritura e, através dela, dos irmãos separados.

O Santo Ofício e a Comissão preparatória preferem abordar o tema quase exclusivamente a partir de uma perspectiva polêmica, apologética e doutrinal. Elaboram-se 75 esquemas, dois dos quais formarão a base do primeiro esquema da *Dei Verbum*: "De fontibus revelationis" (sobre as fontes da Revelação) e "De Deposito fidei custodiendo" (Sobre o depósito da fé a ser conservado)².

O primeiro esquema da Constituição foi apresentado ao Concílio para sua discussão a 14 de novembro de 1962 e haveria de servir para definir a posição do Concílio. Era um esquema que desencorajava mais que animava. Desde o princípio a reação quase unânime foi "non placet" (voto negativo: "Não agrada").

Segundo o cardeal Bea, a razão fundamental do rechaço era não se ter presente o homem de hoje, mas as escolas teológicas. A oposição e o rechaço faziam surgir dúvidas sobre a oportunidade de continuar discutindo o esquema. A 20 de novembro realiza-se votação sobre a conveniência de tomar o esquema como base das discussões conciliares. Perguntou-se se convinha mandar o esquema à comissão para ser reelaborado. Obteve-se como respostas 1368 *placet* (= sim) e 822 *non placet* (= não). A votação majoritária da oposição não alcançou os dois terços exigidos pelo regulamento. Foi quando João XXIII interveio e, por decisão pessoal, converteu em maioria jurídica a maioria real.

A partir desse momento o texto da *Dei Verbum* será reelaborado através de quatro esquemas sucessivos. O texto atual é o quarto anteprojeto (= "schema IV") com suas correções e foi promulgado a 18 de novembro de 1965 com 2344 votos a favor e 6 contra. Foi um dos pou-

os padres conciliares para apoiar a campanha que terminou com um veto do Santo Ofício a dois professores do Instituto Bíblico. Campanhas semelhantes se organizaram por ocasião da publicação da encíclica *Divino Afflante Spiritu* de Pio XII e, infelizmente, não são as únicas na história.

² Foram elaborados 75 anteprojetos (em latim: "schema") alguns dos quais tratavam de temas como a veste clerical ou as espórtulas de missa, mas não havia nenhum anteprojeto sobre "a Igreja no mundo". Para o ambiente teológico que precedeu o Concílio podem ser consultados os artigos de P. GRELOT anteriormente citados. Em todo este trabalho utilizaremos amplamente a obra de L. ALONSO SCHÖKEL, *Comentario a la constitución Dei Verbum*, BAC, Madrid, 1969.

cos documentos discutidos durante as quatro sessões do Concílio. A Constituição cresce e amadurece com o concílio.

Quais são as contribuições deste documento conciliar? Não pretendemos apresentar o documento completo mas apenas uma síntese das grandes perspectivas da *Dei Verbum* agrupadas em torno ao tema da Palavra.

3. CENTRALIDADE E ATUALIDADE DA PALAVRA

O cap. VI da *Dei Verbum* diz que "a Igreja sempre venerou as divinas Escrituras... *sem cessar* toma da mesa da palavra de Deus e do Corpo do Cristo o pão da vida, e o distribui aos fiéis" (DV 21). Apesar da reiteração "sempre venerou", "sem cessar", a experiência do povo fiel era a de um respeitoso distanciamento da palavra. São verdadeiras as palavras de Paul Claudel: "O respeito dos católicos pela Sagrada Escritura não tem limites e esse respeito se manifesta sobretudo numa atitude de distância com relação a ela"³.

A grande conquista do Vaticano II foi sem dúvida colocar no centro da vida da Igreja a palavra que dá vida. É uma conquista indiscutível e facilmente observável na renovação litúrgica e teológica e na proliferação de grupos bíblicos, comunidades de base, cursos e palestras sobre assuntos referentes à Bíblia. Uma expressão dessa centralidade viveu o próprio Concílio na ação litúrgica de entronização da Bíblia no início das sessões. Mas a centralidade está assinalada sobretudo no título, no próêmio e no cap. VI da Constituição.

a) Centralidade da palavra

O título

O documento é conhecido pelas primeiras palavras que querem expressar o conteúdo fundamental. Pois bem. Esse título foi amadurecendo com o decorrer do Concílio. O primeiro anteprojeto ou "esquema" se chamava "De Fontibus..." ("Sobre as fontes") e distinguia-se por opiniões teológicas que não eram centrais e além do mais eram ponto de fricção com outras igrejas.

A partir do segundo anteprojeto ("esquema") já não se chamava "De Fontibus", mas "De divina Revelatione" (Sobre a Revelação divina). Mas as primeiras palavras eram, inclusive para o quarto anteprojeto, "Sacrosancta Synodus" ("O Sacrossanto Concílio"). Nelas aparecia o Concílio como centro e não a atividade reveladora de Deus. Somente

³ Citado por C. MARTINI na obra coletiva *A Bíblia na Igreja depois da Dei Verbum*, Ed. Paulinas, São Paulo 1971, p. 175.

uma mudança de última hora no hipérbato latino expressou o conteúdo do documento e a preocupação central do Concílio: a palavra de Deus.

A expressão "palavra de Deus" não é só começo da Constituição, mas também síntese de toda ela, pois abrange tanto o falar de Deus como a palavra dos profetas e hagiógrafos, é termo pessoal para designar a Cristo, e se refere ainda à palavra da Igreja. A "palavra" unifica Deus, Cristo, os profetas, a Escritura, a Tradição. Trata-se de "um só sagrado depósito da palavra de Deus confiado à Igreja" (DV 10). A Igreja o recebe com humildade, veneração e respeito.

O proêmio da Constituição.

"Ouvindo religiosamente a palavra de Deus e proclamando-a com confiança, este Santo Sínodo adere às palavras de S. João: Anunciamos a vida eterna, que estava junto ao Pai e se manifestou" (DV 1).

A primeira atitude do Concílio é de escuta da Palavra. A palavra vem antes e está no centro. É o que se dirá também mais adiante ao indicar que "o Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas a seu serviço" (DV 10). A Palavra no centro da Igreja "é viva e eficaz... penetra até dividir alma e espírito... tudo está nu e descoberto a seus olhos" (Hb 4, 12-13).

Colocar no centro a Palavra é deixar-se julgar por ela, fazer um ato de pobreza e de obediência para deixar-se transformar por seu dinamismo e invadir por seu poder de dar a vida. Por isso a citação seguinte de São João não é simples citação, é proclamar a irrupção, na história dos homens, de uma Palavra que é vida. Já desde o começo nos é dita qual a concepção que tem o Concílio sobre a palavra: cristocêntrica, encarnada, histórica e poderosa. "A vida se manifestou" (1 Jo 1, 2).

O capítulo VI

É sobretudo neste capítulo da Constituição onde se ressalta a centralidade da palavra, pois seu título é "A Sagrada Escritura na Vida da Igreja". No centro do mistério da Igreja está certamente a eucaristia. O Concílio acrescenta que no centro está também a palavra. O pão de vida se oferece "na mesa da palavra de Deus e do Corpo de Cristo" (DV 21). A igreja "esposa da Palavra, alimenta a seus filhos com a palavra" (DV 23).

Se existe algo central na Igreja é Cristo. Pois bem. A Escritura oferece à Igreja "a excelência do conhecimento de Cristo Jesus" (Fl 3, 8), pois "ignorar a Escritura é ignorar Cristo" (DV 25). Se é assim, não é de estranhar que toda a vida da Igreja esteja penetrada pelo dinamismo da palavra. A pregação e toda a religião cristã, da mesma forma que

a Teologia, recuperam sua juventude (DV 24, 21) pelo contato com a Palavra. Devem-se multiplicar os ministros da palavra capazes de oferecer ao povo de Deus o alimento da Escritura (DV 23). Para tanto é preciso facilitar o acesso à palavra, se necessário, em colaboração com os irmãos separados (DV 22), para que tudo e todos na Igreja contribuam a que se difunda e brilhe a Palavra de Deus (2 Ts 3, 1) e cresça "a veneração pela palavra de Deus" (DV 26). Por que e para que esta centralidade da Palavra?

b) Atualidade da Palavra

A centralidade da palavra declarada pelo Concílio, tem uma clara finalidade que é a *atualidade* e a atualização da palavra, isto é, brota da convicção de que é uma palavra "viva e eficaz" (Hb 4, 12) e é preciso torná-la viva e eficaz na história dos homens. Assim se está recuperando uma herança tipicamente bíblica que se havia esquecido. A palavra servia para comunicar verdades, mas a concepção bíblica é muito diferente. "... agradecemos a Deus por terdes acolhido a sua Palavra que vos pregamos não como palavra humana, mas como na verdade é, a Palavra de Deus que está produzindo efeito em vós, os fiéis" (1 Ts 2, 13). Frente à concepção de que a Bíblia servia para "provar" teses teológicas, irrompe no Concílio a convicção de que a Palavra é "pura e perene fonte da vida espiritual" (DV 21).

É esta convicção o que poderíamos chamar uma característica da Constituição conciliar. A Palavra é viva e presente, não apenas um documento do passado. Antes já o proclamara o documento sobre a liturgia: "Cristo está presente na Igreja, pois é Ele mesmo que fala quando se lêem as Sagradas Escrituras" (SC 7). Mas a *Dei Verbum* repetirá o tema várias vezes. Proclamar a palavra é fazer com que a vida de Deus no mundo se torne presente e operante. "Deus que outrora falou mantém um permanente diálogo com a esposa de seu dileto Filho" (DV 8). E o relator comenta: "com o que consegue expressar que a Sagrada Escritura não é só um documento exclusivo de uma época, mas um documento contemporâneo a todas as gerações" (*omnibus aetatibus coaevus*)⁴.

O Evangelho deve conservar-se "inalterado e vivo" (DV 7) e deve conservar-se por "transmissão contínua até o fim do tempo" (DV 8). Na tradição da Igreja os livros sagrados "se fazem sem cessar atuantes" (*in-desinenter actuose redduntur*) (DV 8). A Igreja é portadora de uma palavra que se faz carne na história dos homens, palavra que soa, atua e salva. A Igreja, servidora da palavra, deve fazer com que este tesouro "en-

⁴ L. ALONSO SCHÖKEL, *o.c.*, p. 296.

cha os corações dos homens" (DV 26).

O cap. VI nos fala desta presença viva e ativa da palavra na vida da Igreja. "O Pai que está nos céus vem carinhosamente ao encontro de seus filhos e com eles fala" (DV 21).

O Concílio, ao proclamar a centralidade e atualidade da Palavra, está pressupondo uma concepção especial da palavra com profundo enraizamento bíblico⁵ que trataremos de desenvolver neste trabalho: a palavra como acontecimento, com referência central ao acontecimento de Cristo, a palavra com dinamismo de encarnação na história e finalmente a palavra portadora de força de salvação. É o que desenvolveremos nas páginas seguintes.

4. CRISTO, PALAVRA FEITA CARNE (DV 4)

A Constituição *Dei Verbum* emprega a expressão acima, inspirada em São João, para nos falar do centro da Revelação, do essencial da palavra revelada, e, por isso mesmo, da concepção de palavra que está implícita. Isto é, a *Dei Verbum* tem caráter marcadamente cristológico. Também aqui reside sua grande riqueza e originalidade teológica: Cristo no centro, unindo ambas as etapas da Revelação, o Antigo e o Novo Testamento.

a) Cristo, mediador e plenitude de toda revelação (DV 2)

O tema se repete em vários lugares da *Dei Verbum* (DV 2, 4, 7, 16, 17). A Constituição quer sublinhar que a Revelação é antes de tudo uma pessoa, Cristo, em quem resplandece a verdade sobre Deus e a verdade sobre o homem: "A verdade profunda seja a respeito de Deus seja da salvação do homem, transmitida por meio dessa revelação, resplandece em Cristo que é ao mesmo tempo mediador e plenitude de toda revelação" (DV 2). "Aproveu a Deus, em sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e tornar conhecido o mistério de sua vontade (cf. Ef 1, 9), pelo qual os homens, por intermédio do Cristo, Palavra feita carne, e no Espírito Santo, têm acesso ao Pai" (DV 2).

Há nessas declarações um avanço qualitativo em relação ao primeiro anteprojeto. Nele se dizia que "Deus havia derramado sobre todo o gênero humano, por meio de seu Filho, os tesouros da sabedoria e da ciência"⁶, mas não refletia exatamente o pensamento de São Paulo que

⁵ H. SCHLIER, Elementos para uma teologia da palavra de Deus no NT, em: *Concilium* nº 3 (1968) 9-17. J. WILLEMSE, A primeira e última palavra de Deus: Jesus, em: *Concilium* nº 10 (1965) 56-71.

⁶ Cf. St. LYONNET, em *A Bíblia na Igreja...*, p. 28.

diz que "em Cristo se encontram os tesouros de sabedoria e de ciência" (CI 2, 3). A *Dei Verbum* não só diz que Deus se revelou em Cristo, mas que ele é a Revelação por ser ao mesmo tempo revelador e revelado. Ele é e realiza a Revelação, isto é, a salvação. "Consuma a obra salvífica que o Pai lhe confiou", a saber: "que Deus está conosco para libertar-nos das trevas do pecado e da morte e para ressuscitar-nos para a vida eterna" (DV 4).

Falar de Cristo como aquele em quem se realiza toda a plenitude da Revelação (tota revelatio consummatur DV 7), é reconhecer que "o cristianismo, mais que uma doutrina revelada por Deus é um acontecimento divino, isto é, a encarnação de Deus"⁷. A Revelação acontece por via de encarnação, de aproximação, de solidariedade e se entende a partir de Cristo. A centralidade de Cristo tem conseqüências importantes para a relação entre Antigo e Novo Testamento e para nossa maneira de ler a Bíblia. Especifiquemos brevemente algumas destas conseqüências.

b) Cristo unifica Antigo e Novo Testamento

O relator, cardeal Florit, comentando o texto da *Dei Verbum* que fala de Cristo no qual "tota revelatio consummatur" (consuma-se toda a Revelação) (DV 7), já explicava que "tota revelatio" se estende "a toda a revelação tanto do Antigo como do Novo Testamento"⁸, pois em virtude da encarnação — dizia — "Cristo pertence à história de qualquer época".

A Constituição Conciliar fala da Revelação como desígnio, projeto, economia, isto é, do caminhar progressivo para o centro e a plenitude que é Cristo, porque os livros do Antigo Testamento, — nos diz São Lucas —, "falavam dele" (Lc 24, 27). "A economia do Antigo Testamento estava ordenada principalmente para preparar a vinda de Cristo" (DV 15). Cristo é então o ponto de convergência de toda a Escritura na qual "se encerra o mistério de Cristo" (DV 24).

A Constituição oferece um princípio hermenêutico fundamental para ler a Escritura. Lemos a Escritura a partir de Cristo, tudo se orienta para ele, nele tudo tem sentido, nele tudo fica esclarecido e a partir dele relativizado. A história segue uma linha, um caminho que conduz a Cristo. O Antigo e o Novo Testamento se relacionam nele de modo que "o Novo estivesse latente no Antigo e o Antigo se tornasse claro no Novo" (DV 16).

⁷ L. ALONSO SCHÖKEL, *o.c.*, p. 147, nota 16.

⁸ L. ALONSO SCHÖKEL, *o.c.*, p. 147 e 167.

A revelação é histórica e progressiva, não se dá toda de uma vez, é um caminho com Deus em que se avança em direção a Cristo. A encarnação de Cristo está no centro fundando e explicitando as demais encarnações. "As palavras de Deus expressas por línguas humanas se fizeram semelhantes à linguagem humana, tal como outrora a Palavra do Pai Eterno, assumindo a carne da fraqueza humana, se fez semelhante aos homens" (DV 13).

Nesse caminho de encarnação da palavra na história dos homens se mostra a admirável condescendência e pedagogia divinas que "a fim de que conheçamos a inefável benignidade de Deus, e de quanta acomodação de linguagem usou, providente e cuidadoso que é de nossa natureza" (DV 13, citando São João Crisóstomo). A condescendência de Deus no dinamismo da encarnação é o amor que se inclina e abaixa, mas não rebaixa a Revelação senão que eleva o homem⁹.

A encarnação definitiva da palavra em Cristo é o ponto de inserção de ambos os Testamentos. A partir de Cristo a Constituição pode falar da relação entre o Antigo e o Novo Testamento (DV 16). O Antigo Testamento é "o caminho para o Evangelho" (DV 3) e, embora seus livros "contenham também coisas imperfeitas e transitórias", escondem "o mistério de nossa salvação" (DV 15). Mas "a palavra de Deus, que é força de Deus para a salvação de todo crente, é apresentada e manifesta seu vigor de modo eminente nos escritos do Novo Testamento" (DV 17). O acontecimento de Cristo é a encarnação definitiva da Palavra, a plenitude da Revelação, mas a Palavra chega por via de encarnação, isto é, se faz história. Aqui temos também outro dos grandes avanços da Constituição: a descoberta da história.

5. A PALAVRA E A HISTÓRIA

Cristo é a Palavra feita carne, isto é, inserida na história dos homens. A união entre fé e história, consequência direta da encarnação, é um dado fundamental e original do cristianismo. Deus procura seus interlocutores lá onde eles se encontram. Sua palavra não é nem atemporal nem impessoal. Afirmar que sua palavra se encarnou é afirmar o caráter histórico da Revelação.

Que significa esse caráter histórico? Significa não apenas que a história é o cenário da Revelação (aconteceu na história, não num país de fábulas), mas que a Revelação tem uma história, é progressiva, e que a história revela e é, portanto, constitutiva da Revelação, e finalmente que a Revelação da palavra nos lança à história, não nos tira dela.

⁹ L. ALONSO SCHÖKEL, *o.c.*, p. 488.

Esta descoberta da história é, sem dúvida, uma das grandes aquisições do Concílio. "As palavras de Deus expressas por línguas humanas se fizeram semelhantes à linguagem humana, tal como outrora a Palavra do Pai Eterno, assumindo a carne da fraqueza humana, se fez semelhante aos homens" (DV 13).

A encarnação de Cristo é a encarnação definitiva da palavra que, por sua vez, fundamenta e explicita as outras encarnações tanto no passado como no futuro da vida da Igreja.

Falar de encarnação da palavra é falar do dinamismo inerente a essa palavra de Deus que entra na história dos homens mobilizando-a com o poder de sua palavra. São muitos os aspectos e conseqüências que se poderiam assinalar¹⁰, mas queremos referir-nos apenas a três deles: uma nova concepção da Revelação, a encarnação da palavra em autores humanos, a tradição da Igreja.

a) Um novo conceito de revelação

Na realidade este "novo" conceito é a conclusão de que a Revelação é Cristo, um acontecimento, uma história, uma pessoa. E há aqui um grande distanciamento do primeiro anteprojeto.

No primeiro anteprojeto se definia a Revelação como "locutio Dei", (o ato de Deus falar) para comunicar idéias, verdades, mistérios. Predominava uma concepção intelectual de Revelação. Reconhece que a Revelação se dá na história, mas os fatos não revelam, "nam ad revelatum ordinem salutis ii eventus non pertinent nisi per veritates quae iis latent" (pois estes acontecimentos não pertencem à ordem salvífica revelada a não ser pelas verdades que neles se ocultam)¹¹. Os fatos não contam a não ser em função das verdades reveladas. Cristo é então revelador de verdades mas não realizador da Revelação.

Esta concepção não só não responde à revelação bíblica, mas nem sequer respeita a ordem natural e humana de revelação. Um silêncio ou um gesto da pessoa, não revelam nada de sua intimidade? É aqui onde se situa a enérgica reação do relator, cardeal Florit, dizendo: "O cristianismo, mais que uma doutrina, é um fato: a encarnação de Deus".

Recupera-se deste modo a profunda convicção bíblica de que o Deus da Bíblia não é apenas o Deus que fala, mas "o Deus que atua"¹².

¹⁰ Cf. G. PANTEGHINI, L'incarnazione come "norma" della fede cristiana, em: *Credere Oggi* 26 (1985) 5-15.

¹¹ L. ALONSO SCHÖKEL, *o.c.*, p. 54.

¹² Cf. o título do livro de G. E. WRIGHT, *El Dios que actúa. Teología bíblica como narración*, Act. Bíblica 8, Ed Fax, Madrid, 1974.

A Revelação são fatos e palavras intrinsecamente unidos (DV 2). A história da salvação em que Deus revela e realiza a salvação é uma história em relação com a palavra, nela a palavra se faz história e a história se faz palavra¹³.

A criação, o êxodo, a redenção são atuações na história através das quais Deus se revela. A Bíblia não é uma doutrina da salvação mas uma história da salvação. E a própria Constituição conciliar nos dá um bom exemplo desta teologia bíblica como história ao narrar as etapas da Revelação (cap. I, IV e V).

Desta maneira fica mais patente o caráter histórico da Revelação, fatos e palavras, o caráter pessoal — pois é palavra dirigida a alguém para salvar —, e o caráter cristológico, — o acontecimento de Cristo é a plenitude da Revelação. “Cristo... por fatos e palavras deu a conhecer seu Pai e a si próprio e completou sua obra pela morte, ressurreição e gloriosa ascensão e pelo envio do Espírito Santo” (DV 17). A Revelação é a atuação de Deus na história que em seu grande amor, deseja preparar a salvação da humanidade (DV 14).

b) Encarnação da palavra em autores humanos

Com este título nos referimos à encarnação da palavra que precedeu à encarnação de Cristo e que é parte da condescendência e pedagogia de Deus (DV 13).

“Deus fala através de homens e de modo humano” (DV 12). A palavra de Deus se encarnou na história, na cultura e nas línguas dos homens. A Escritura é a carne da palavra. E por isso nela se realizou a união admirável do divino e do humano. Um livro com dois autores: Deus e os homens. Os livros sagrados “têm Deus como autor”, mas “Deus escolheu homens, dos quais se serviu fazendo-os usar suas próprias faculdades e capacidades... como verdadeiros autores” (DV 11).

Daqui se seguem conseqüências muito importantes para a interpretação da Escritura. Não se pode negar “a carne” da Escritura sem negar a palavra divina. Para compreender a palavra, é preciso vê-la como palavra encarnada. Nunca se havia ressaltado antes tão claramente o caráter histórico-humano da palavra, a necessidade de conhecer as línguas, a história, a cultura, os gêneros literários, se quiserem compreender o que o autor quer dizer. “O intérprete pesquise o sentido que, em determinadas circunstâncias, o hagiógrafo, conforme a situação de seu tempo e de sua cultura, quis exprimir e exprimiu por meio de gêneros literários então em uso” (DV 12). Se não o fizer, estará negando o mistério da encarnação da palavra.

¹³ G. von RAD, *Teologia do Antigo Testamento*, Aste, São Paulo, 1974. vol. II, p. 357.

c) A Tradição da Igreja

Não vamos entrar agora na complexidade do tema que foi tão candente nas deliberações do Concílio. Queremos ressaltar algo que se tende a esquecer: o dinamismo de uma Tradição viva na Igreja.

O Concílio assinalou que Tradição e Escritura "constituem um só sagrado depósito da palavra de Deus confiado à Igreja" (DV 10) e que os três, "a Tradição, a Escritura e o Magistério da Igreja... sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas" (DV 10).

O que neste momento nos interessa ressaltar é a originalidade de ver a Tradição na perspectiva da encarnação, isto é, descobrir o dinamismo da encarnação¹⁴. Este dinamismo torna-se a Tradição "viva" (DV 8) que, enraizada no passado e projetada para o futuro, se converte em instrumento para que a palavra se encarne na história, "para que o Evangelho se conserve sempre inalterado e vivo na Igreja" (DV 7).

A Tradição não é só doutrina ou práticas, é sobretudo vida, fatos e palavras (DV 8) e tem que se fazer vida, encarnar-se. Esse dinamismo da Tradição não parte dos apóstolos; começa em Deus que se revela "para salvação de todos os povos" (DV 7). Pela Tradição nosso presente se enraíza em Deus, em Cristo, nos apóstolos, na Igreja, e, a partir deles e com eles, se projeta para o futuro.

A presença viva desta Tradição entrega à Igreja a palavra contida nos livros sagrados e faz com que sejam cada vez mais profundamente compreendidas e os mantém incessantemente atuantes (DV 8). O Concílio compreendeu o que significa "guardar" o depósito da fé. Aprendeu a grande lição de João XXIII no discurso de abertura: "Nosso dever não é só custodiar esse tesouro precioso como se unicamente nos ocupássemos com a antigüidade... para isto não era necessário um Concílio"¹⁵. A palavra definitiva foi pronunciada em Cristo e o Evangelho é sempre o mesmo, mas "somos nós que começamos a compreendê-lo melhor"¹⁶.

A Constituição *Dei Verbum* é a antítese do conservadorismo; entende a Tradição como algo vivo com dinamismo e capacidade criadora. E num de seus textos mais belos nos fala do caminho da Igreja para a plenitude da verdade. "Esta Tradição, oriúnda dos Apóstolos, progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo... A Igreja, pois, no decorrer dos séculos, tende continuamente para a plenitude da verdade divi-

¹⁴ L. ALONSO SCHÖKEL, *o.c.*, p. 266s.

¹⁵ JOÃO XXIII, Discurso de Abertura do Concílio 11.10.1962.

¹⁶ JOÃO XXIII, Discurso do dia 24.5.1963.

na, até que se cumpram nela as palavras de Deus" (DV 8).

A Tradição, segundo a *Dei Verbum*, deve fazer sempre um equilíbrio difícil entre o passado e o futuro, a conservação e progresso. Se diante do passado há um dever de fidelidade, também o há frente ao futuro porque ainda não chegou a plenitude da Verdade, a plena realização da palavra. A Igreja está sempre a caminho rumo à verdade, está em busca da verdade, é discípula da Verdade. E nesta alternância entre passado e futuro fica também sempre a necessidade de atualização da palavra, isto é, a fidelidade ao presente, à história, por fidelidade ao dinamismo da encarnação.

No anteprojeto denominado "de deposito pure custodiendo" já se dizia que "este tesouro não se guarda eficaz e frutuosamente apenas conservando os livros sagrados e repetindo palavras. Mas através do Magistério vivo com que a Igreja dirige a fé e os costumes segundo as exigências da reta compreensão das coisas reveladas, através da piedade que impulsiona os fiéis a uma penetração maior das riquezas de Cristo, através ainda dos ataques dos adversários e *das novas necessidades e novos problemas dos tempos*"¹⁷.

Que consequência teria esta perspectiva do dinamismo da encarnação na Tradição para a Igreja e a Teologia? Apontamos só alguns aspectos.

A Revelação definitiva está realizada em Cristo, mas a Igreja deve transmití-la "até o fim do tempo". Pela ação do Espírito Santo "a voz viva do Evangelho ressoa na Igreja" (DV 8). Em certo sentido, a Revelação da palavra continua na Igreja. O que na antiga economia era anúncio, prefiguração, preparação, e na nova economia se tornou realidade em Cristo, para a Igreja se torna *missão*. A encarnação continua, a história não se tornou totalmente opaca, mas transparente à luz da Palavra encarnada.

Isso implica em primeiro lugar que a Igreja deve deixar-se julgar e transformar pela palavra para que na Igreja possa transparecer o Cristo, a Palavra de amor e salvação que Deus dirige aos homens. É a Igreja evangelizada, ouvinte da palavra que dá vida.

Mas a Igreja é também evangelizadora, anunciadora da palavra, encarregada de encarná-la na história concreta dos homens para que tenha nela a efetividade histórica que lhe é própria.

Mas, se é verdade que não é redimido o que não é assumido¹⁸, a Igreja da palavra deve assumir a história e seus desafios, deve estar disposta a "reconhecer *os sinais dos tempos*, aproveitar a oportunidade e

¹⁷ L. ALONSO SCHÖKEL, *o.c.*, p. 289.

¹⁸ AG 3 e Puebla 400.

olhar longe"¹⁹ O tema dos "sinais dos tempos" foi recolhido pelo Concílio em vários documentos (GS 4, PO 9, UR 4). Inclusive enumerou alguns desses sinais: "entre os sinais dos tempos é digno de nota aquele senso sempre mais amplo e inelutável de solidariedade" (AA 14). A Instrução sobre as Teologias da Libertação, documento mais recente, assinala que "a poderosa e quase irresistível aspiração dos povos à libertação constitui um dos principais sinais dos tempos"²⁰.

Pelo dinamismo de encarnação a palavra fala à Igreja na história e a remete à história. "Se recordamos como no rosto de cada homem, especialmente se se tornou transparente por suas lágrimas e por suas dores, podemos e devemos reconhecer o rosto de Cristo (Mt 25, 40)... podemos afirmar também: para conhecer a Deus é necessário conhecer ao homem"²¹.

Os rostos dos homens falam à Igreja para interpelá-la e comprometê-la com a história (Puebla 31), uma vez que o Senhor da história e da Igreja, por sua encarnação, se fez solidário com toda miséria humana²². A palavra encarnada na história compromete a Igreja com a história.

6. A PALAVRA DA VERDADE, O EVANGELHO DA SALVAÇÃO

As palavras que iniciam esta seção do nosso trabalho foram tiradas de Ef 1, 13 e resumem mais um resultado esclarecedor a que chegou o Concílio, depois de um longo e fatigante caminho. Resumimos esse caminho em três passos: da inerrância à verdade, a verdade que salva e a força da palavra²³.

a) Da inerrância à verdade

Trata-se do problema da verdade da Sagrada Escritura, mas enunciado em termos de *inerrância*, isto é, ausência de erro, e está associado à contraposição entre fé e ciência, Bíblia e história, e na mentalidade mais popular à pergunta de se a Bíblia se engana ou não se engana. Casos típicos desta problemática seriam os sete dias da criação, ou saber se a le-

¹⁹ JOÃO XXIII, Discurso do dia 24.5.1963.

²⁰ Instrução "Libertatis Nuntius", IV, 9.

²¹ PAULO VI, Discurso de encerramento do Concílio 7.12.1965.

²² Instrução "Libertatis Nuntius", IV, 9.

²³ I. DE LA POTTERIE, La vérité de la Sainte Ecriture et l'histoire du salut d'après la Constitution dogmatique DV, em : *NRTh* 88 (1966) 149-169. Ver também P. GRELOT, Etudes sur la théologie du livre saint, em: *NRTh* 85 (1963) 785-806 e 897-925.

bre é um ruminante (Lv 11, 6), ou se Nabucodonosor foi "rei da Assíria" (Jt 1, 1) ou — o mais conhecido, associado ao caso Galileu —, se o sol gira em torno da terra (Js 10, 12-13).

A este problema o primeiro anteprojeto respondia: "Desta extensão a tudo da inspiração divina deriva direta e necessariamente a *imuni-
dade absoluta de erro* da Sagrada Escritura toda... (A fé) nos ensina que seria completamente ilícito aceitar que o autor sagrado se tenha enganado, uma vez que a divina inspiração por si mesma *exclui e recusa tão necessariamente todo erro em qualquer assunto religioso ou profano*, como convém necessariamente que Deus, suma verdade, não seja o autor de *nenhum erro*"²⁴.

Não se pode afirmar mais radicalmente a inerrância, isto é, a ausência de erro "em qualquer assunto religioso ou profano".

O Concílio não só abandona a palavra inerrância, mas também a concepção "demasiadamente estreita e profana da verdade dos livros sagrados"²⁵, que os situa ao nível da zoologia, da ciência ou da história, ignorando sua dimensão especificamente religiosa. Em vez de falar de inerrância, prefere apresentar positivamente o efeito da inspiração que é a verdade da Bíblia. Falando da Verdade no singular distingue-a de outras verdades.

b) A verdade que salva

Mas de que verdade se trata? Lemos na *Dei Verbum*: "...os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus, em vista de nossa salvação, (nostrae salutis causa), quis fosse consignada nas Sagradas Escrituras" (DV 11).

A verdade "em vista de nossa salvação" tem um peso teológico extraordinário. A verdade que Deus nos entrega não é qualquer verdade (religiosa ou profana), mas a verdade na ordem da salvação. Por detrás desta concepção está o que foi dito anteriormente de uma concepção diferente de Revelação e de palavra. A verdade da Bíblia não é apenas uma verdade abstrata, veículo de revelação de idéias, mas uma verdade realizada, uma verdade que salva, pois realiza o que anuncia. A Constituição é, uma vez mais, herdeira da Teologia bíblica da palavra, uma Teologia para a qual a palavra que Deus pronuncia é "a palavra da verdade, o evangelho da salvação" (Ef 1, 13).

Em vez de imunidade de todo erro absolutamente falando (erro em qualquer assunto religioso ou profano) do primeiro anteprojeto, res-

²⁴ L. ALONSO SCHÖKEL, *o.c.*, p. 74.

²⁵ J. DE LA POTTERIE, *a.c.*, p. 155.

tringe-se à verdade em ordem à salvação, e sobretudo, como diz o P. de la Potterie, faz-se "uma especificação formal"²⁶. É na perspectiva da salvação que falamos de verdade na Bíblia. Essa doutrina do Concílio nos eleva a um "nível superior ao da exatidão histórica; para julgar a 'verdade' da Escritura, a Constituição conciliar nos diz que devemos situar-nos num plano teológico e religioso, o da revelação do plano salvífico de Deus"²⁷.

Notemos de passagem que esta "nova" forma de falar da verdade da Escritura está mais próxima da Tradição que muitos manuais de Teologia e por isso o Concílio remete, em nota, a Santo Agostinho, Santo Tomás, Trento e às encíclicas *Providentissimus* e *Divino Afflante Spiritu*. A própria Constituição já havia falado do Evangelho como fonte "de toda verdade salvífica" (*salutaris veritatis*) (DV 7), citando Trento mais uma vez (Dz 783; DS 1501). Que significa a verdade "em vista de nossa salvação?" É a verdade que possui a força da salvação, capaz de realizar a salvação.

c) A força da palavra

O Concílio confirma essa afirmação do poder salvador da palavra da Verdade, acrescentando, a partir do anteprojeto IV, a citação de 2 Tm 3, 16-17, uma citação chave para "provar" a inspiração da Bíblia. Mas o Concílio não quer falar da inspiração e sim da consequência da inspiração, da utilidade desta verdade, isto é, do poder desta palavra de verdade pronunciada na Bíblia. "Por isso 'toda Escritura divinamente inspirada é também útil para ensinar, para arguir, para corrigir, para instruir na justiça: a fim de que o homem de Deus seja perfeito, preparado para toda obra boa' (2 Tm 3, 16-17 gr.)" (DV 11). A Escritura — diz o versículo precedente da segunda carta a Timóteo — "tem o poder de comunicar-te a sabedoria que conduz à salvação" (*sophisai eis soterian*).

A palavra da Bíblia não só ensina verdades, mas a verdade que ao ser proclamada, atua e salva. A palavra tem um poder de salvação. E mais uma vez encontramos na Teologia bíblica da palavra o fundamento desta afirmação do Concílio.

O Antigo e o Novo Testamento são testemunhos desta força salvadora da palavra. A saída do povo hebreu do Egito é descrita no livro da Sabedoria como obra da palavra: "Quando um silêncio profundo envolvia todas as coisas... tua *Palavra onipotente* lançou-se, guerreiro inexorável..." (Sb 18, 14-15). E o livro de Isaias: "Como a chuva e a neve

²⁶ I. DE LA POTTERIE, a.c., p. 155.

²⁷ I. DE LA POTTERIE, a.c., p. 156.

descem do céu e para lá não voltam, sem terem regado a terra, tornando-a fecunda e fazendo-a germinar... tal ocorre com a palavra que sai da minha boca: ela não torna mais a mim sem fruto; antes ela cumpre a minha vontade..." (Is 55, 10-11).

A palavra bíblica não é simples instrumento cognoscitivo, mas força em ação, e seu reino de ação é a criação, a história onde Deus realiza a salvação. Por isso o Concílio diz: "A palavra de Deus, que é força de salvação de todo crente, é apresentada e manifesta seu vigor de modo eminente nos escritos do Novo Testamento" (DV 17).

A palavra de Deus constrói a Igreja (At 20, 32). "Fostes regenerados... mediante a Palavra viva de Deus, a qual permanece para sempre" (1 Pd 1, 23). "... nos gerou pela Palavra da verdade... recebei... a Palavra que foi plantada em vossos corações e é capaz de salvar as vossas vidas" (Tg 1, 18-21). "E é tão grande o poder e a eficácia que se encerra na palavra de Deus — diz-nos mais uma vez a *Dei Verbum* — que ela constitui sustentáculo e vigor para a Igreja..." (DV 21).

Esta forma de falar da *Dei Verbum* é perfeitamente coerente com a Bíblia como também com a perspectiva adotada de sublinhar o aspecto histórico salvífico e cristológico da revelação presente na palavra. A palavra vai se realizando na história dos homens em continuidade com o acontecimento decisivo de Cristo. A palavra de Deus, pronunciada na Igreja, deve ir transformando a Igreja e, através dela, a história inteira, para configurá-la, pelo poder da mesma palavra, em Corpo de Cristo. A palavra vai-se fazendo carne na história dos homens e produz a salvação²⁸.

7. O PÃO DA PALAVRA

O pão da eucaristia é o símbolo eficaz (sacramento) da presença dinâmica e transformadora do Senhor na Igreja para a vida do mundo. Não estranhemos esta linguagem quando aplicada à eucaristia. Em fim de contas a eucaristia é o cume da atividade da Igreja e fonte de toda sua vida (SC 10). A novidade do Concílio é colocar no mesmo cume em igualdade com a eucaristia, a centralidade da palavra. "A Igreja sempre venerou as divinas Escrituras, da mesma forma como o próprio Corpo do Senhor, já que, principalmente na Sagrada Liturgia, sem cessar *toma da mesa da palavra de Deus e do Corpo de Cristo o pão da vida*, e o dis-

²⁸

Convém recordar a interessante intervenção de Mosenhor Edelby sobre a consagração da história pela palavra: "A controvérsia pós-tridentina viu na Escritura, antes de tudo, uma norma escrita. As Igrejas orientais vêem nela a consagração da história da salvação sob a forma de palavra humana, inseparáveis da consagração eucarística, que recapitula toda a história do corpo de Cristo". Citado por L. ALONSO SCHÖKEL, p. 482.

tribui aos fiéis" (DV 21). Afirmações semelhantes se lêem em outros documentos conciliares (SC 48, 51; AG 6; PO 18; PC 6)²⁹.

O relator deste capítulo da Constituição nos diz que "a alguns padres não agrada a comparação entre a palavra de Deus e a sagrada eucaristia"; a linguagem é um tanto nova, audaz e exagerada, segundo eles. A resposta é: essa doutrina se fundamenta na Bíblia e na tradição patristica³⁰.

Um lugar clássico dessa doutrina é a conhecida obra *A imitação de Cristo*, que em seu livro IV, capítulo 11 diz: "O corpo de Cristo e a Sagrada Escritura são muito necessários". Mas a *Imitação de Cristo* não tem o mesmo alcance que o Concílio ao nos falar das "duas mesas no tesouro da Igreja". O Concílio fala de uma única "mesa da palavra de Deus e do corpo de Cristo".

Mas é sobretudo na Bíblia onde aprendemos que o homem vive da "palavra de Deus" (Dt 8, 4; Jo 6). O pão é então um símbolo eloquente para falar do poder, da força e da vitalidade da palavra. Como o pão é a vida do homem, e ganhar o pão é assegurar a vida, a palavra é pão de vida para um mundo faminto. É imensa a responsabilidade de uma Igreja, esposa e servidora da palavra que é pão da vida, num mundo que morre de fome: de fome material e de fome de justiça, de dignidade, de Deus³¹.

A palavra de Deus vem saciar a fome mais radical do homem, a fome de Deus e de sua palavra na qual encontra a vida (Am 8, 11). Mas a própria palavra de Deus, sobretudo a palavra encarnada em Cristo, nos remete à história dos homens na qual a Palavra encarnada se fez solidária com a fome e com a dor dos pobres (Mt 25, 31s).

A própria eucaristia é também palavra, não só porque nela se realiza uma liturgia da palavra, mas porque os gestos, os símbolos falam de

²⁹ Se a palavra é pão, fonte de vida e dinamismo oferecido pelo Concílio à Igreja, é fácil interpretar a crise do pós-concílio como crise de crescimento. O organismo cresceu e se desenvolveu ao oferecer-se-lhe alimento sólido. Nem tudo é confusão, abusos, desvios (embora tenha havido algo disso). O corpo cresceu, desenvolveu-se e a roupa de outrora já não cabe mais. Tanto o crescimento na pessoa quanto o crescimento na Igreja supõe mudança a partir de dentro e de fora. Querer que tudo fique igual depois de um concílio que escutou a palavra que alimenta, é desvirtuar o poder da palavra.

³⁰ L. ALONSO SCHÖKEL, *o.c.*, p. 676.

³¹ O Papa João Paulo II terminou sua visita ao Peru com palavras improvisadas em que sintetizou sua mensagem. Falou dos *ministérios* da Igreja: pregar a palavra para satisfazer a fome de Deus de nossos povos e compromisso com os pobres para erradicar a fome de pão. Fome de Deus, sim; fome de pão, não!

solidariedade, de comunhão, de doação e entrega para a vida do mundo. Compartilhar um mesmo pão é formar um só corpo (1 Co 10, 17). O pão oferecido é a vida que se entrega. A Igreja acolhe essa Palavra feita sacramento com humildade e devoção, recordando seu Senhor que lhe manda fazer o mesmo em sua "memória".

A palavra ouvida e acolhida torna-se ativa em nós e nos transforma em dom e pão de vida para todos, isto é, nos compromete no mundo para saciar a fome de pão pelas exigências de justiça, de solidariedade e de fraternidade que traz em si esta palavra que proclamamos. A palavra se "encarna" no pão e no vinho e em cada um dos que comungam desse pão.

Dar graças a Deus pelos 20 anos de pós-Concílio, e em concreto, por ter posto no centro da Igreja o pão de vida da palavra, deve traduzir-se numa redobrada "veneração pela palavra de Deus, que 'permanece sempre' (Is 40, 8; cf. 1 Pd 1, 23-25)" (DV 26), e num esforço constante por encarnar a palavra em nossa história, isto é, torná-la efetiva e capaz de realizar a salvação.

A Igreja universal e, em concreto, nossas Igrejas latino-americanas, como fruto do Concílio, tomaram consciência desta responsabilidade diante da palavra e da história. *Evangelii Nuntiandi* e os Documentos de Medellín e de Puebla são a melhor expressão dessa consciência eclesial.

A Igreja recebeu de Deus uma palavra de salvação que é boa notícia para nossos povos. Uma palavra poderosa que pelo dinamismo da encarnação tende sempre a revelar e tornar efetivo (revelar com fatos e palavras) no mundo o amor de Deus que salva (LG 41). "A Igreja, povo de Deus na história, animadora da esperança e forjadora da comunhão dos homens entre si e com o Senhor e da libertação, tem a missão de evangelizar, isto é, proclamar a palavra da boa nova e contribuir para que essa palavra tenha a efetividade histórica social que lhe é própria, dentro de sua ação transformadora do mundo"³².

(Tradução José de Anchieta Lima Costa S. J.)

³² Documento de Evangelização dos Bispos do Peru, 3.1.4.

Manuel Díaz-Mateos S.J. é licenciado em Teologia pela "Jesuit School of Theology" da Universidade Loyola (Chicago - USA) e licenciado em Sagrada Escritura pelo Instituto Bíblico de Roma. Professor de Sagrada Escritura na Faculdade de Teologia de Lima e no Instituto Superior de Estudos Teológicos (ISET). Professor convidado na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus no Brasil (Belo Horizonte-MG). Publicou: *El Dios que libera*, CEP, Lima, 1985.

Endereço: Apartado 3038 — Lima 100 — Peru